A fluída condição de nipo-brasileiros nas relações étnico-raciais no Brasil

Robson Hideki Mori [1]
https://orcid.org/0000-0001-8352-0156
Recebido 1/nov | Aprovado 1/dez

RESUMO: Questionamos a posição do nipo-brasileiro nas relações étnico-raciais brasileiras e partiremos de Edward Telles (2003a; 2003b) que propõe uma classificação racial a partir da análise das relações tanto verticais (relações de poder econômico) como horizontais (relações de sociabilidade). Sugerimos a hipótese de que os nipo-brasileiros são interpretados ora como próximos aos "brancos" e ora como "não-brancos" dependendo do contexto nas relações étnico-raciais no Brasil. Na primeira condição são utilizados pela branquitude como "minoria positiva" (KEBBE; MACHADO, 2008; TSUDA, 2000) que ascendeu de forma meritocrática da condição inferiorizada de "perigo amarelo" e devem servir de exemplo para outras minorias étnico-raciais do país. Este argumento fomenta uma falsa simetria entre minorias que deslegitimaria as políticas afirmativas de cotas raciais para acesso ao ensino superior, por exemplo. Entretanto, argumentamos que essa interpretação desconsidera as múltiplas razões (imigração tutelada, capital cultural, cooperativismo) que explicam a mobilidade dos mesmos. Já na segunda condição, eles são tratados cotidianamente com discriminações entendidas como "piadas" relembrando-os da condição de racializados. Os relatos de vivência escolar coletados em 2017 demonstram situações de racismo recreativo (MOREIRA, 2020) recorrentes no ambiente escolar como o determinismo que naturaliza o bom desempenho do estudante nipo-brasileiro criando uma expectativa infundada sobre o mesmo. Entendemos que a proposta de análise exposta ressalta como as classificações raciais no contexto brasileiro são ambíguas, fluídas e pode colaborar com o debate sobre a construção de identidade nacional e crítica a suposta democracia racial presente no país.

Palavras-chave: nipo-brasileiros, minoria positiva, racismo recreativo.

The fluid condition of japanese-brazilians in ethnic-racial relations in Brazil

ABSTRACT: We question the Japanese-Brazilians position in Brazilian ethnic-racial relations using Edward Telles theory (2003a; 2003b). He proposes a racial classification based on an analysis of

1 Mestrando no programa de Pós-graduação em Língua, Literatura e Cultura Japonesa do Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) e Pesquisador associado do Centro de Estudos Asiáticos da Universidade Federal Fluminense (CEA-UFF).

vertical relations (economic power relations) and horizontal relations (sociability relations). We suggest a hypothesis that Japanese-Brazilians are sometimes interpreted as close to "white people" and sometimes as "non-white people". It depends on the context of ethnic-racial relations in Brazil. At the first condition, they are used by white people and defined as "positive minority" (KEBBE; MACHADO, 2008; TSUDA, 2000). They meritocratically rose from the inferior condition as "yellow peril" and should serve as an example for other ethnic-racial minorities in the country. This argument fosters a false symmetry between minorities that would delegitimize affirmative racial quota policies for access to university. However, we argue that this interpretation disregards the multiple reasons (assisted immigration, cultural capital, cooperativism) that explain Japanese-Brazilians rise to success. At the second condition, they are daily treated with discriminations that are perceived as "jokes", reminding them about their racialized condition. Some reports about school experiences collected in 2017 demonstrate situations of recreational racism (MOREIRA, 2020) recurrent in the school environment, such as the determinism that naturalizes the good performance of japanese-brazilian students, creating an unfounded expectation about it. We understand that this proposed analysis highlights how racial classifications in the Brazilian context are ambiguous, fluid and could collaborate with the debate about national identity constructions and the criticism about the supposed brazilian racial democracy.

Keywords: japanese-brazilians, positive minority, recreational racism

La fluida condición de nipo-brasileñosen las relaciones étnico-raciales en Brasil

RESUMEN: Cuestionamos la posición de los nipo-brasileños en las relaciones étnico-raciales brasileñas y partimos de la propuesta de Edward Telles (2003a; 2003b) quien propone una clasificación racial basada en el análisis tanto vertical (relaciones de poder económico) como horizontal (relaciones de sociabilidad). Sugerimos la hipótesis de que los nipo-brasileños son interpretados a veces como cercanos a los "blancos" y otras veces como "no-blancos" dependiendo del contexto en las relaciones étnico-raciales en Brasil. En la primera condición, los blancos utilizan como una "minoría positiva" (KEBBE; MACHADO, 2008; TSUDA, 2000) que por mérito se elevó de la condición inferior de "peligro amarillo" y que debe servir de ejemplo para otros grupos étnico-raciales, la gran minoría en el país. Este argumento fomenta una falsa simetría entre minorías que deslegitimaron las políticas afirmativas de cuotas raciales para el acceso a la educación superior, por ejemplo. Sin embargo, sostenemos que esta interpretación desconoce las múltiples razones (inmigración protegida, capital cultural, cooperativismo) que explican su movilidad. En la segunda condición, se les trata a diario con discriminaciones entendidas como "bromas" que les recuerdan su condición de raza. Los relatos de experiencia escolar recogidos en la investigación em 2017 demuestran situaciones de racismo recreativo (MOREIRA, 2020) recurrentes en el ámbito escolar, como el determinismo que naturaliza el buen desempeño de los estudiantes nipo-brasileños, creando una expectativa infundada al respecto de ellos. Entendemos que la propuesta de análisis expuesta destaca cómo las clasificasiones raciales en el contexto brasileño son ambiguas, fluidas y pueden colaborar con el debate sobre la construcción de la identidad nacional y la crítica a la supuesta democracia racial presente en el país.

Palavras Clave: nipo-brasileiros, minoria positiva, racismo recreativo.

INTRODUÇÃO

Pensar a condição do nipo-brasileiro[2] (também chamado de *nikkei*, descendente de japonês, brasileiro com ascendência japonesa) nas relações étnico-raciais no contexto brasileiro é um desafio. Jeffrey Lesser (2001, 2008) atenta ao fato dos descendentes de japoneses no Brasil serem chamados de "japoneses" em vez de "nipo-brasileiros", como se eles fossem idênticos aos japoneses que nascem e vivem no Japão. Esse fato já expõe o quanto complexo poderá ser uma análise desta minoria étnico-racial. Todavia, propomos um exercício de reflexão, sem caráter conclusivo, uma vez que nos traz incômodo a observação de diferentes situações e variações de formas como os nipo-brasileiros são lidos, mas em todas constantemente racializados.

A mobilidade econômica dos nipo-brasileiros fez com que estes se favorecessem dos benefícios simbólicos e materiais da proximidade com os brancos. Esta proximidade fez com que pudessem ser interpretados como uma minoria diferenciada de outros grupos minoritários "não brancos" como negros (pretos e pardos) e indígenas. Ao mesmo tempo que são diferenciados, também podem ser usados para comparação entre eles. Assim, percebemos um discurso do senso comum estruturado em uma falsa simetria (RIBEIRO, 2018) entre afro-brasileiros e nipo-brasileiros que desconsidera as desigualdades historicamente criadas no Brasil (HAYASHI, 2019; OKAMOTO, 2021; SHIMABUKO, 2018). Observamos esse tipo sofisticado de racismo no discurso meritocrático que tenta deslegitimar políticas afirmativas de combate à desigualdade étnico-racial como as cotas raciais para negros e indígenas no ensino superior comparando esses grupos minoritários de forma injusta.

Visamos neste artigo uma análise próxima à de Edward Telles (2003a; 2003b). Este autor propõe uma classificação racial a partir da análise das relações tanto verticais (relações de poder econômico) como horizontais (relações de sociabilidade). A ascensão econômica vertical dos nipo-brasileiros no contexto nacional é explicada por múltiplos fatores como a imigração tutelada (SAKURAI, 2000), o capital cultural dos imigrantes (CAMACHO, 2012; OKAMOTO, 2018; SETOGUCHI, 2008; SHIBATA, 2009), cooperativismo (TANIGUTI, 2015). Essa mobilidade faz com que sejam entendidos como uma "minoria positiva" (KEBBE; MACHADO, 2008; TSUDA, 2000) semelhante ao processo de "minoria modelo" que ocorreu nos Estados Unidos da América (LEE, ZHOU, 2015 apud OKAMOTO, 2021; LESSER, Jeffrey, 2001, 2008). Entendemos que esta mobilidade passa a ser instrumentalizada pela branquitude (BENTO, 2002) e por parcela de nipo-descendentes. A posição enquanto minoria positiva é diferente de outrora em que os imigrantes japoneses eram vistos como ameaça e inassimiláveis representando um "perigo amarelo" (DEZEM, 2005; LESSER, 2001, 2008; TAKECHI, 2002, 2007). Os membros dessa minoria positiva passam a ser entendidos e se entenderem como bem-sucedidos e muito próximos aos "brancos". Porém, ao considerar a integração horizontal de imigrantes japoneses e descendentes a sociedade majoritária brasileira, observamos que não se trata de um processo harmonioso tal qual sustentado pela ideia de democracia racial (FREYRE, 2003) vigente no senso comum (reforçado por parcela de nipo-brasileiros também). Ilustraremos a socialização tensionada através de relatos sobre vivência escolar que expõem as discriminações étnico-raciais experimentadas por nipo-brasileiros (MORI, 2017)[3].

2 A análise tratará da especificamente de descendentes de japoneses não contemplando outras etnias leste-asiáticas como descendentes de chineses, coreanos, taiwaneses, etc. Porém, é necessário ressaltar a diversidade existente essas etnias tratadas muitas vezes como um todo homogêneo pelo senso comum. Também não se contemplará a diversidade dentro do próprio grupo de imigrantes japoneses como a diferença entre imigrantes do Japão e de Okinawa.

3 Artigo não publicado (MORI, 2017)

Essas situações são interpretadas como "piadas" e não discriminatórias em uma forma de racismo recreativo (MOREIRA, 2020).

Assim, levantamos a hipótese de interpretação de uma condição paradoxal dos nipo-brasileiros nas relações étnico-raciais brasileira: ora são lidos como "brancos" em determinados contextos (modelo de minoria de sucesso a ser seguido) ora como "não brancos" (discursos eugenistas contrários a imigração, políticas de nacionalização forçada do Estado Novo, discriminações cotidianas entendidas como "piadas"). Ressaltamos dessa maneira como as classificações raciais no contexto brasileiro são ambíguas e fluídas, a análise de nipo-brasileiros pode colaborar a confirmar esse fato.

DE "PERIGO AMARELO" PARA "MINORIA POSITIVO"

A vinda dos primeiros imigrantes japoneses no Brasil acontece em um contexto de política de branqueamento da população nacional pós-abolição da escravatura e também de proibição da imigração asiática para os Estados Unidos da América em 1907. Esses fatores fizeram com que o governo japonês encaminhasse os imigrantes para o Brasil em comum acordo com o governo brasileiro. A chegada desses imigrantes com o navio Kasato Maru no porto de Santos em 1908 gerava debate entre apoiadores e contrários. Por um lado, os latifundiários cafeicultores irritados com os imigrantes europeus que reivindicavam melhores condições de trabalho. Eles passaram a enxergar os japoneses como uma mão de obra mais dócil, trabalhadora e até como um "não branco" mais próximo aos brancos[4] do que negros e indígenas. A rápida modernização que ocorria no país com a abertura para o Ocidente era vista como exemplo. Por outro lado, o discurso de políticos e intelectuais influenciados pelas teorias do racismo científico temiam a chegada destes, pois atrapalhariam o projeto de formação de uma população nacional baseada na branquitude devido ao suposto caráter inassimilável e homogêneo dos imigrantes. Os japoneses seriam comparados a enxofre neste sentido e acabariam por formar "quistos étnicos" (DEZEM, 2005; TAKEUCHI, 2002, 2007).

Apesar das opiniões contrárias, a imigração acontece graças ao amparo governamental japonês. Isso ocorre por meio de orientações, ajuda e gerência dos representantes do governo nipônico que participam explicitamente do processo de fixação com sucesso dos imigrantes. É uma imigração dirigida, subsidiada e estimulada tanto pelo Japão como pelo Brasil, uma vez que o primeiro tem um problema de excesso populacional e o segundo tem interesse no desenvolvimento da agricultura utilizando mão de obra japonesa. Esse processo de imigração tutelada é coordenado através da Companhia Ultramarina de Empreendimentos (*Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha* ou K.K.K.K) que implementa colônias sob a sua supervisão (SAKURAI, 2000). A imigração tutelada explica a ascensão vertical dos nipo-brasileiros em discussão que será proposta posteriormente nesse texto.

Apesar do fluxo imigratório de japoneses ao Brasil permanecer de forma contínua, também se aumentava o discurso contrário ao movimento. Intelectuais como Miguel Couto afirmavam que a imigração japonesa para o país fazia parte de um plano expansionista japonês. O problema não seria mais a dificuldade de assimilação dos japoneses a população nacional, mas já um perigo-político militar, isto é, o perigo amarelo visto o projeto expansionista que o Japão realizava na Ásia (LESSER, 2001). O discurso anti-nipônico cresce ganhando a atenção nacional no debate durante a Assembleia Constituinte de 1933. Consequência disso foi a Lei de Cotas promulgada na Constituição de 1934 que limitava a vinda de japoneses. A participação do Japão junto às

4 A vitória japonesa sobre os russos em 1905, tornou o Japão principal potência asiática a ponto de se autodenominarem os "brancos" da Ásia e também serem interpretados como "perigo amarelo" pelo ocidente (DEZEM, 2005)

potências do Eixo na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) torna as coisas ainda piores para os trabalhadores japoneses em terras brasileiras. Os imigrantes são acusados de "súditos do eixo" e suas colônias seriam pontos estratégicos no projeto de expansão e colonização nipônica sobre o território nacional. Os japoneses e seus descendentes passam a ser vistos como etnicamente perigosos para nação. O Estado Novo Varguista promove políticas públicas de nacionalização forçada e autoritária através de variadas formas de restrição e violência contra os japoneses como a proibição da língua, o fechamento de escolas, veto à circulação de jornais japoneses, obrigatoriedade de portar o salvo-conduto (documento temporário que informava à autoridades policiais a movimentação dos imigrantes monitorando seu direito de ir e vir), apreensão de livros e rádios, expulsão de residência (como a Ordem de evacuação de Santos-SP a ser cumprida no prazo de 24 horas), desapropriação de bens e prisões arbitrárias (TAKEUCHI, 2007).

O fim da Segunda Guerra Mundial junto a rendição japonesa em 1945 não significou o fim da turbulência entre os imigrantes japoneses. A falta de acesso a informações e representação diplomática no país gerou uma cisão e terror dentro das colônias japonesas, pois dividiram-se entre dois grupos: os "vitoristas" (*kachigumi*), ultranacionalistas que não acreditavam na derrota japonesa e os "derrotistas" (*makegumi*) que tinham consciência da real rendição japonesa[5]. A maioria do primeiro grupo morava mais isolada no interior, sem acesso às notícias veiculadas pela imprensa em idioma japonês. Essa condição fez com que surgissem organizações secretas que compartilhavam notícias falsas pregando a vitória e orgulho nipônico, como a *Shindô-Renmei*. Esses grupos promoveram jornais falsos com fotografias adulteradas e venda de supostos terrenos conquistados pelo Exército Imperial Japonês na Ásia, além disso espalharam terror psicológico e físico (de queima de propriedades até homicídios) contra os "vitoristas" que não compartilhavam da mesma interpretação do resultado da guerra. Já os imigrantes conscientes moravam em regiões urbanas onde tinham mais acesso a informação, ainda que em português. Apesar da distinção entre os grupos, a polícia brasileira prendeu centenas de imigrantes japoneses e descendentes independentemente se participaram dos crimes da *Shindô-Renmei*. Na visão das autoridades nacionais, todos eram "fanáticos" e dentre mais de mil presos, 155 tiveram instaurados contra eles uma portaria de expulsão do país (durante o processo ficaram recolhidos no Instituto Correcional da Ilha de Anchieta). Os incidentes nas colônias seriam propagados em manchetes escandalosas dos jornais reforçando a ideia de que os imigrantes japoneses não seriam capazes de se integrar a sociedade brasileira. A situação de tensão nas colônias só diminuiu com a chegada de novos imigrantes japoneses ao país. O Japão derrotado no pós-guerra enfrentava o problema de excesso populacional, agravado com o retorno de cidadãos que estavam instalados em antigas possessões na Ásia. Ao mesmo tempo, o governo brasileiro tinha interesse em levar desenvolvimento para regiões de pouco acesso no interior do país. Desta forma, em comum acordo, retornam as relações diplomáticas e o fluxo imigratório de japoneses para Brasil é retomado. Os imigrantes desta segunda fase de imigração informariam aos imigrantes da primeira fase o que ocorrera no Japão após a guerra (TAKEUCHI, 2007). Percebemos como o período anterior a Segunda Guerra Mundial é marcado pela dificuldade de socialização horizontal dos imigrantes japoneses e seus descendentes, constantemente lidos de forma racializada (mesmo que de forma ambígua: ora visto como trabalhadores dóceis, ora como perigo amarelo). Este tensionamento contraditório será permanente no país.

5 Observação de cuidado em não classificar os imigrantes japoneses e descendentes nesse período de forma binária. Existem gradações entre estas duas classificações polarizadas quando notadas negociações e estratégias para socialização dentro das colônias (Ex: um "derrotista" fingir ser "vitorista" para garantir seu emprego visto o posicionamento do patrão)

A conscientização da derrota japonesa na guerra é um fato muito importante, pois demarca uma mudança de mentalidade dos imigrantes japoneses da primeira fase. Estes desistem da ideia de retorno ao país natal e decidem pela fixação definitiva no Brasil, até mesmo os imigrantes mais ultranacionalistas[6]. Essa mudança tem como consequência uma alteração de estratégia, os imigrantes japoneses passam a pensar a estádia no país a longo e não a curto prazo como trabalhadores temporários (*dekassegui*) que era o plano inicial. A análise da mudança de concepção de educação que eles tinham para seus filhos ilustra isso (MORI, 2008; MORIWAKI; MICHIYO, 2008).

Inicialmente, os imigrantes da primeira geração, os *isseis*[7], negavam terminantemente outras culturas e por sua escolaridade ser maior do que a dos brasileiros que mantinham contato, receavam que seus filhos se tornassem "caboclos" como eles. A escolaridade do imigrante japonês superava dos imigrantes de outros países que chegaram no mesmo período (TAJIRI; UCHIYAMA; YAMASHIRO, 1992). Segundo Okamoto (2018), a preocupação em preservar a cultura e a moral japonesa dos antepassados era quase uma obsessão devido a ideologia ultranacionalista do sistema escolar vivido pelos imigrantes japoneses em seu país de origem. A disciplina de educação moral (*shûshin*) da reforma educacional *Meiji*[8] efetivava a doutrinação baseada no culto ao imperador. Consequentemente, os *isseis* entendiam que os filhos *nisseis* deveriam constituir um prolongamento do japonês e isso seria possível por via da educação moral e cívica ministrada por livros didáticos de língua e origem japonesa (TSUKAMOTO, 1973). Entretanto com o fim da guerra ocorre uma mudança da concepção educacional almejada pelos imigrantes japoneses para as próximas gerações. Os filhos *nisseis*, agora adultos e pais, já estavam mais integrados a sociedade majoritária brasileira e distanciando-se da mentalidade ultranacionalista da geração anterior. O desenvolvimento do setor agrícola durante a Segunda Guerra Mundial ajudou o imigrante a construir patrimônio. Nessa nova condição e decidido a ascender socialmente e economicamente no país, com a ajuda de familiares, migrou para as zonas urbanas em busca de condições de educação mais bem estruturadas para as próximas gerações. Nas cidades almejaram a ascensão através do comércio contando com a força da mão-de-obra familiar. Esse tipo de negócio permitia horários flexíveis que possibilitavam os filhos frequentarem a escola. O fato de as escolas públicas serem gratuitas e terem dois turnos facilitou o acesso dos nipo-brasileiros ao ensino. Diferentemente das escolas comunitárias japonesas das colônias, as escolas públicas das cidades era um espaço multiétnico, pois nele os descendentes de japoneses conviviam com estudantes de variadas origens étnicas. Isso fez com que a língua japonesa perdesse lugar e os nipo-brasileiros se voltassem cada vez mais para o português. A prioridade passa a ser o ensino oficial brasileiro para que os descendentes fossem bem-sucedidos no Brasil. A educação japonesa seria um meio para herdar as técnicas e habilidades, a cultura e a escala de valores dos imigrantes japoneses e a partir disso formar "cidadãos brasileiros de peso" que pudessem contribuir para o desenvolvimento da sociedade brasileira. O "nipo-brasileiro ideal" era aquele que tivesse incorporado exatamente a metade de cada uma das culturas (japonesa e brasileira) e que falasse, lesse e escrevesse fluentemente tanto o japonês como o português. Seria alguém de "assimilação intermediária" em relação ao Brasil, capaz de transmitir a boa cultura da pátria japonesa aos brasileiros e ao mesmo tempo também deveria ser um colônia-jin esforçando-se para o desenvolvimento da

6 É importante ressalvar a diversidade existente dentro da imigração japonesa. Apesar de em menor número, existiram imigrantes que já vieram originalmente com o plano de não retorno ao Japão. Estes em sua maioria eram aqueles que migravam do interior para os centros urbanos e procuravam integrar-se rapidamente a sociedade majoritária brasileira

7 Utilizamos os termos issei (japoneses de primeira geração, nascidos no Japão), nissei ou dainisei (filhos de japoneses), sansei (netos de japoneses) e yonsei (bisnetos de japoneses)

8 Período da história japonesa que compreende entre 1868 e 1912.

colônia *nikkei* (MORI, 2008). Destacamos que essa nova concepção de educação explica a inserção dos estudantes nipo-brasileiros ao sistema educacional nacional e como também é permeada pela influência do discurso de democracia racial vigente no Brasil pós-guerra.

Com o passar do tempo, os estudantes nipo-brasileiros passam a ser notados no sistema educacional não só pelo fenótipo, mas também pelo bom desempenho. Os conceitos de habitus e capital cultural (BOURDIEU, 2007a, 2007b; NOGUEIRA, CATANI, 1998) são suporte teórico a algumas das explicações de como os valores culturais japoneses foram influentes no bom desempenho dos imigrantes e seus descendentes. Os valores culturais nipônicos são entendidos como capital cultural passado de geração em geração condicionando o bom desempenho educacional de imigrantes japoneses. Alguns estudos apresentam suas perspectivas de como tais valores influenciaram na educação de nipo-brasileiros. Setoguti (2008), afirma que os imigrantes japoneses possuem uma alta expectativa em torno da educação devido a sua bagagem cultural e ela atua como agente mobilizadora da força familiar em favor da educação. Camacho (2012) destaca que valores culturais como ética do débito (on, gimmu, giri), hierarquia, vergonha, autodisciplina, responsabilidade e competição impactaram no desempenho educacional. Shibata (2012) relaciona o vínculo entre práticas familiares, desempenho escolar e valores educacionais japoneses. Ela explica que as famílias nipo-brasileiras atuam como "operadoras do sucesso escolar" ao tomar consciência da importância de capital cultural escolar. Okamoto (2018), diferencia por não entender a influência da cultura japonesa sobre os imigrantes de forma naturalizada. A autora destaca como os imigrantes japoneses no Brasil realizaram uma releitura e ressignificação dos valores culturais importados do Japão. A educação ultranacionalista, totalitária, imperialista japonesa do começo do século XX foi transformada no país. Fora do contexto de guerra e dissociada do imperador japonês, a educação ultranacionalista foi ressignificada como "segredo do sucesso" de nipo-brasileiros nos estudos e carreira profissional. Valores como esforço, modéstia, humildade, obediência, hierarquia foram acentuados aqui. O sacrifício dos pais e mães desdobrou em dedicação para um bom desempenho educacional por parte de filhos que desejavam retribuir o esforço feito. Consequência foi a ascensão social e econômica das gerações posteriores dos imigrantes japoneses.

Precisamos atentar além da alta escolaridade e possibilidade de manter os valores culturais (ainda que de forma tensionada considerando as discriminações e violências) para compreender o "sucesso nipo-brasileiro". Gustavo Taniguti (2015), analisa como a empresa Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC) através das figuras de seus gestores conseguiu proporcionar a ascensão econômica e aceitação pública dos imigrantes japoneses e descendentes no Brasil. A gestão de empreendimento da CAC produziu e disseminou ideias sobre a condição dos imigrantes na sociedade brasileira para quem interessava conceber projetos com benesses. Essa estratégia inclui principalmente representantes dos governos brasileiros ao longo do período da imigração. O autor ressalta como a segunda geração de lideranças (a que assumiu no pós-guerra) conseguiu se articular ao mercado diferentemente da primeira geração. Eles construíram uma estrutura comercial mais adequada às demandas de abastecimento dos centros urbanos em expansão. A inserção desta segunda geração na sociedade brasileira não foi somente econômica, mas política (através da conquista de cargos no governo) passando a participar da gestão pública. A forma de organização da CAC fez parte do projeto de modernização da agricultura durante o governo militar, o que nos faz perceber a existência de razões estruturantes para explicar a mobilidade vertical dos nipo-brasileiros. Ressaltamos, que o sucesso da CAC foi pesquisado por Hiroshi Saito, importante sociólogo e intelectual dentro da colônia. Porém, a análise sobre o sucesso da cooperativa limitou-se a explicações culturais refletindo a influência dos estudos de "assimilação" do seu orientador Donald Pierson. Através da sua pesquisa

tentou provar a assimilabilidade dos japoneses dentro de um contexto em que o Estado brasileiro promovia a ideia de democracia racial, tal interpretação foi propagada não somente fora da colônia japonesa como dentro dela também. Saito desconsiderou que sua análise da "assimilação" de sucesso dos nipo-brasileiros pudesse ser apropriada pelos formuladores de projetos nacionalistas. Todavia, é compreensível (de certa forma) a postura do intelectual, visto que as discriminações contra os imigrantes japoneses e descentes foram (e são) permanentes. Suas análises tentavam irrelevar as hostilidades vividas e combinar com o discurso que encaixava nipo-brasileiros no processo de formação de identidade nacional brasileira de forma positiva. Percebe-se que a racialização de nipo-brasileiros enquanto minoria é um processo comum desde o início. Anteriormente abominados como perigo amarelo para posteriormente serem modelos de "assimilação". Veremos a seguir como ocorre o processo ao colocar em paralelo a imigração japonesa nos Estados Unidos da América e no Brasil.

Considerando o que foi dito anteriormente, não podemos cair no erro de interpretar os japoneses e descendentes como grupo étnico minoritário que obteve bom desempenho acadêmico e ascensão social, graças apenas à influência da cultura que apresenta alguns traços peculiares em comparação à educação de outras etnias. Pior ainda seria limitar a mobilidade social vertical de nipo-brasileiros apenas ao "esforço meritocrático" destes, isso seria justamente sustentar a ideia de "minoria modelo" e "minoria positiva" que desconsideram um contexto maior e estruturante. O conceito de minoria modelo é utilizado por Jeniffer Lee e Min Zhou[9] (2015 apud OKAMOTO, 2021) para explicar as relações étnico-raciais no contexto dos Estados Unidos da América. Cultura e status étnico-racial contam para o sucesso dos asiático-estadunidenses, mas não são os fatores únicos e essenciais. As autoras apontam mudanças nas leis imigratórias dos Estados Unidos da América na década de 1960, as quais permitiram a entrada de imigrantes de nível educacional alto e acarretaram em uma "hiperseletividade" dos mesmos. Estes possuíam um histórico acadêmico e profissional, muitas vezes, maior do que os outros grupos étnico-raciais (brancos inclusos). Além disso, passou a ser dado maior oportunidade pelas instituições de ensino e pelo mercado de trabalho aos asiáticos por conta de sua imagem positiva e certos estereótipos.

Observamos ocorrer um processo similar no Brasil visto que os imigrantes japoneses que aqui chegaram possuíam alta escolaridade e que o sucesso educacional e profissional deles foram amplamente valorizados de forma a exaltar o Brasil como local de oportunidade para todos grupos étnico-raciais naquilo que se convencionou chamar de "democracia racial". Dentro do contexto nacional apontamos a pesquisa de Tsuda (2000) que demonstra como o sucesso econômico do Japão pós-guerra e a disseminação de imagens positivas de forma global (país tecnológico de primeiro-mundo) fez com que os nipo-brasileiros passassem de uma "minoria negativa" (pré-guerra) para "minoria positiva" (pós-guerra). Essa mudança implicou em maiores oportunidades de integração e também fez com que a maioria dos descendentes de japoneses no Brasil se identificassem fortemente e voluntariamente com sua ancestralidade étnica. Nesse sentido do posicionamento afirmativo por parte dos nipo-brasileiros enquanto minoria de sucesso, destacamos a crítica de Kebbe e Machado (2008) ao analisar as mídias étnicas (organizadas por nipo-brasileiros) nas comemorações do centenário de imigração japonesa no Brasil em 2008. Os autores descrevem a construção de uma narrativa mítica para estruturar o mito do sucesso da imigração japonesa no Brasil. Exaltou-se a história dos primeiros imigrantes que conseguiram construir com muita dificuldade uma comunidade

9 LEE, Jennifer; ZHOU, Min. The Asian American achievement paradox. New York: Russell Sage Foundation, 2015.

nikkei contribuinte à formação da sociedade brasileira. O êxito econômico-financeiro e social por parte de alguns imigrantes e seus descendentes seria a evidência da colaboração de maneira positiva ao país. Apesar dessa narrativa por parte das mídias étnicas, os autores explicitam a contrariedade do discurso de sucesso do centenário com o contínuo fenômeno Dekassegui[10] que teve início na década de 80 no qual os nipo-brasileiros vão ao Japão para trabalhar nas indústrias como mão de obra-barata. Não desenvolveremos maiores detalhes sobre essa contradição, porém ela sinaliza o nosso objetivo deste artigo.

A AMBÍGUA E FLUÍDA CLASSIFICAÇÃO RACIAL DE NIPO-BRASILEIROS

A ascensão econômica dos imigrantes japoneses e descendentes reforçou (e se amparou) em uma pretensa narrativa de integração harmoniosa que reforça o discurso de democracia racial no Brasil. Os nipo-brasileiros são interpretados como a minoria étnico-racial que deu certo em um país de mesmas oportunidades para todos, fomenta-se então o discurso de falsa simetria ao compará-los com a população negra e indígena do país. Atentamos que tal ação desconsidera que a própria chegada dos imigrantes japoneses está situada em um contexto de políticas de branqueamento da população brasileira no período pós-abolição. A democracia racial brasileira é um mito (FLORESTAN, 2008) e crer que as oportunidades são iguais para os diferentes grupos étnico-raciais que compõem o país é uma falácia.

A falta de consciência histórica sobre o contexto da entrada de imigrantes japoneses é notada em grande parte da população (nipo-brasileiros inclusos). Essa política marginalizou negros ex-libertos de forma a condená-los a uma existência precária agravando as dificuldades de adaptação e de ajustamento ao novo estilo de vida econômica, social e política da época (FERNANDES, 2008). É dentro deste contexto que observamos a chegada de imigrantes japoneses com condições plenamente diferentes se comparada a outras minorias étnico-raciais como já exposto. Fatores como a condição de trabalhador livre; a alta escolaridade (capital cultural) dos imigrantes; o "orgulho da raça japonesa" que estimulava a autoestima e dava senso de coletividade; o cooperatismo com apoio e investimento econômico tanto do governo japonês como brasileiro colaboraram para a ascensão social deste grupo étnico-racial. É preciso entender este conjunto de variáveis (e outras) para explicar a complexidade da ascensão econômica de nipo-brasileiros e a marginalização de outros "não-brancos" evitando comparações de falsas simetrias entre as minorias étnico-raciais, ou seja, o fazer o uso instrumental de uma minoria contra outras.

Sugerimos a hipótese de que o entendimento dos nipo-brasileiros como minoria étnico-racial de sucesso está ligado a visão sobre relações étnico-raciais centradas nas relações verticais (TELLES, 2003a; 2003b). A ascensão econômica, isto é, a mobilidade vertical deste grupo acaba os tornando "brancos" para o senso comum sendo instrumento para reforçar o mito da democracia racial e subjugar a capacidade das outras minorias "não brancas". Porém ao pensar relações étnico-raciais quanto a socialização horizontal compreendemos que os nipo-brasileiros não são lidos como "brancos" ao identificar relatos que expõe discriminações étnico-raciais no cotidiano.

Como forma de provocar reflexão sobre as relações verticais e horizontais envolvendo nipo-brasileiros no Brasil, ilustramos essa imagem:

10 Ver Sasaki (1998)

Figura 1 – Rachel Sheherazade sobre cotas raciais nas universidades brasileiras



Fonte: Sheherazade (2017)

A postagem foi feita pela jornalista Rachel Sheherazade com o intuito de criticar as políticas afirmativas de inserção de negros e indígenas no sistema de ensino superior brasileiro. Constatamos que foi grande a repercussão da mesma pelos números de comentários, compartilhamentos e reações. Esse tipo de manifestação pública reflete como a branquitude faz uso dos nipo-brasileiros enquanto "minoria positiva" a ser comparada com outros grupos étnico-raciais. A figura pública afirma que os descendentes de imigrantes japoneses "tiram as vagas" dos outros graças ao esforço meritocrático apesar das condições "subumanas" que seus ancestrais viveram e indaga por qual motivo negros e indígenas não poderiam fazer o mesmo. A falta de consciência sobre o processo de integração (e falta dela) dos "não brancos" na formação da identidade nacional é evidente nessa postagem que promove uma falsa simetria entre eles. Explicamos até o momento as razões estruturais existentes para a mobilidade vertical de nipo-brasileiros e o papel do Estado está incluso. Este grupo étnico-racial recebeu maiores oportunidades e sua ascensão acaba sendo utilizada para reforçar tanto a ideologia da democracia racial quanto a ideia de branqueamento dos nipo-brasileiros, afinal, na mentalidade da branquitude eles tão bem-sucedidos como os "brancos" e a raça não foi um impedimento para sua prosperidade.

A postagem acima citada é um exemplo dos "mecanismos societários que reproduzem as desigualdades raciais" (HASENBALG, 1979, p.20) acentuando o racismo e as discriminações que se renovam e se tornam mais sofisticadas no período pós abolição. Tratar a mobilidade vertical de nipo-brasileiros de forma descontextualizada e racializada comparando a uma suposta falta de "esforço" de negros e indígenas em um país com pretensas condições igualitárias (segundo a branquitude) é mais uma das expressões de racismo permanente e cíclico no país. Além da deslegitimação das políticas afirmativas de cotas raciais temos outros exemplos de formas de racismo que contrapõem minorias como a narrativa da criação do bairro Liberdade na cidade de São Paulo. Essa região ficou conhecida pela concentração de leste-asiáticos e descendentes apesar de originalmente ser ocupada majoritariamente por negros anteriormente a chegada dos imigrantes japoneses. O local em que atualmente se encontra a Praça da Liberdade era chamado de Largo da Forca, palco de execução

de escravos negros como a figura histórica Francisco José das Chagas, o Chaguinhas. Acredita-se que o nome Liberdade surgiu do enforcamento deste militar negro (ABÍLIO, 2018). Porém, a elite nipo-brasileira em conluio com a administração municipal promoveu (e continua promovendo) a gentrificação e apagamento da presença africana e afro-brasileira da região em lugar da criação de uma área turística orientalista (SAID, 2010).

Telles (2003a; 2003b), afirmou que pardos são menos discriminados que pretos segundo os modelos de capital humano como também estão socialmente mais próximos aos brancos. Desse modo, os pardos estão mais propensos a benefícios simbólicos e materiais inclusive de maior acesso ao patrimônio e circuitos culturais. Esse fato ajuda a explicar porque pardos são menos propensos a se identificar como negros pertencentes a uma minoria étnica-racial. Este processo de branqueamento também serve para pensar nipo-brasileiros que concordam com as formas de racismo aqui tratadas, pois muitos nipo-brasileiros utilizam-se da posição de "minoria positiva" para negociar privilégios numa sociedade nacional pautada pela branquitude. Para Telles (2003a; 2003b), as distinções raciais feitas por outros (independentemente de sua auto-identificação) são fundamentais nas interações sociais e elas também determinam as oportunidades ofertadas. As definições externas de raça são importantes porque estabelecem poder e privilégios nas interações sociais para as pessoas de pele mais clara. Ainda mais quando no Brasil acredita-se que as distinções raciais não são importantes e aprende-se a interpretar "experiências de discriminação como sendo resultantes das diferenças entre as classes sociais e não decorrentes da raça" (TELLES, 2003b, p. 135). Os mesmos nipo-brasileiros que sustentam sua posição enquanto "minoria positiva", esquecem que sua ascensão vertical é "valorizada" e instrumentalizada pela branquitude. Essa "valorização" não acontece de mesma forma em certos aspectos das socializações horizontais.

A forma como os imigrantes japoneses e descendentes são classificados racialmente é permanentemente dúbia (medo/admiração) e descrevemos a fluidez da leitura que se faz deles ao serem tratados ora como "perigo amarelo" e outrora como "minoria positiva". A harmonia das relações étnico-raciais que envolvem os nipo-brasileiros na dita democracia racial brasileira é questionável. Primeiramente, pela discriminação e violência que parcela majoritária dos nipo-brasileiros cometem com outras minorias "não brancas", postura que não ficou limitada ao período da primeira geração de imigrantes com influência ultranacionalista japonesa, mas que é reproduzida e re-elaborada nas gerações posteriores de descendentes até atualmente. Segundo, é que não ocorre somente a discriminação positiva de nipo-brasileiros enquanto minoria étnico-racial. É possível identificar tratamentos preconceituosos e discriminatórios no dia a dia. O status social adquirido com a mobilidade vertical que garante maiores direitos e privilégios em determinados contextos foi apenas concedido pela branquitude, mas é retirado quando convém.

Telles (2003a; 2003b) afirma que as fluidas relações horizontais no país facilitam a dominação racial vertical. As distinções raciais não constituem necessariamente a base unidimensional da exclusão, por isso a hipótese de um olhar diferenciado para a socialização horizontal dos nipo-brasileiros, ainda que a mobilidade vertical seja instrumentalizada pela branquitude e por eles próprios. Durante as relações de socialização horizontal notamos que os nipo-brasileiros não são lidos como "brancos" ao identificar relatos que expõe preconceitos e discriminações. É comum tratar situações de discriminação étnico-racial contra nipo-brasileiros e descentes como "brincadeiras", interpretação concebida pela maioria da população e até pelos próprios descendentes de japoneses. As socializações horizontais são permeadas por estereótipos como a assexualização do homem asiático (pênis

pequeno[11]); hipersexualização e fetichização da mulher asiática-brasileira[12]; homossexuais asiáticos sempre vistos como passivos ou então inexistentes. Nos espaços públicos são comuns situações de preconceito linguístico (ex: piadas de flango (sic)) e além disso, são constantes as racializações que ocorrem na mídia seja de figuras públicas asiático-brasileiras (japonês da federal, Kim Kataguiri, Leonardo Sakamoto) ou então a prática de whitewashing ou yellowface. Também encontramos casos discriminatórios na produção de notícias nos meios de comunicação de massa (caso da revista Glamour e Globo esporte). Todas essas tensões são de difícil interpretação para a maioria dos brasileiros (asiático-brasileiros inclusos) o que nos faz questionar: poderíamos interpretar essas situações de racialização como exemplos de racismo? Adilson Moreira (2009) explica que o racismo recreativo é cotidiano no país. Segundo o autor, os brasileiros tendem a fazer uso do humor utilizando ofensas raciais sendo uma atividade recreativa. Recusam-se a interpretar esses atos como discriminação, pois isso seria contraditório a cordialidade que marca as relações raciais da sociedade brasileira. Posição falaciosa uma vez que propaga a hostilidade racial.

Somamos aqui outros exemplos que indagam as supostas relações horizontais harmoniosas da democracia racial dentro do contexto educacional. Em 2017, realizamos entrevistas para a elaboração de um artigo chamado Tensões étnico-raciais no processo educacional: relatos autobiográficos de estudantes asiático-brasileiros. Partimos do pressuposto que o ambiente pedagógico destaca, exclui, define determinados grupos sociais em detrimento de outros e estas ações se desenvolvem por meio de práticas pedagógicas e conteúdos didáticos de forma explicita e implícita. O próprio processo educacional e seus atores estão sujeitos a reproduzir ideologia e estereótipos. Interpretamos que existem tratamentos preconceituosos e discriminatórios contra estudantes asiático-brasileiros (nipo-brasileiros entre eles) no processo educacional brasileiro. Os relatos de vivências escolares auxiliaram a identificar essas situações. Os dados foram coletados através de informantes voluntários que aceitaram participar da pesquisa quando divulgada em grupos de facebook nos quais se discute as identidades asiático-brasileiras[13]. Através da plataforma Google Forms, os voluntários responderam perguntas objetivas sobre questionamentos étnico-raciais durante o período de escolaridade (dados quantitativos) como também descreveram relatos de vivência (dados qualitativos). Através dos dados obtidos verificamos que:

- A história e cultura de asiáticos e asiático-brasileiros não fazem parte das práticas pedagógicas;
- Existência de conteúdo estereotipado sobre asiáticos e asiático-brasileiros nos materiais didáticos e práticas pedagógicas;
- A auto identificação asiática e asiática-brasileira não foi estimulada no processo educacional;
- Profissionais (docentes, direção, equipe pedagógica, etc.) envolvidos no processo educacional não tem capacidade para debater questões étnico-raciais asiáticas e asiático-brasileiras;
- As situações de tensões étnico-raciais contra asiáticos e asiático-brasileiros acontecem em diferentes períodos de escolaridade;
- Uma parcela de informantes reagiu de forma contrária às discriminações contra asiáticos e asiático-brasileiros, o que questiona o estereótipo de submissão asiática;

11 O homem amarelo é caracterizado por carecer de virilidade em função do suposto tamanho diminuto de seu pênis em oposição do homem negro que é retratado como indivíduo sexualmente bem dotado (MOREIRA, 2019). A sexualização do homem negro foi previamente discutida por Fanon (2008)

12 Ver LEE (2017)

13 Os grupos foram: Perigo Amarelo; Grupos de estudos: asiáticos pela diversidade; Estudos asiático-brasileiros

- A reação de terceiras pessoas frente a uma situação de tensão étnico-racial contra asiáticos e asiáticos brasileiros em sua maioria foi favorável ou indiferente. O que sugere a existência ou falta de compreensão do racismo recreativo contra asiáticos e asiático-brasileiros durante o processo educacional.

Abaixo seguem trechos dos relatos de vivência escritos. Essas falas revelaram a existência de:

- Mito da minoria positiva ("*só porque é japonês*", "*tinha que ser japonês*", "*mate um asiático para passar no vestibular*", "*enquanto você está, sei lá, tem um japonês estudando*");

- Variedade de termos utilizados de forma pejorativos ("*japa*", "*japoneusa*", "*chinesinho*", "*chinesinha*", "*japa girl*", "*jaspion*", "*kamen rider*", "*goku*", "*xing ling*");

- Agressões relacionadas a questão linguística com palavras enunciadas de forma errada propositalmente ou de forma aleatória ("*pastel de flango*", "*tlinta*", "*kamikaze*", "*arigatou*", "*sayonara*", "*uma forma zombadora com sobrenome da pessoa ("p. ex. Hamanaka sendo chamado de rabanada ou Kaori por caolho, etc.)*";

- Discriminações referentes ao fenótipo ("*puxavam o olho e apontavam pra mim rindo*", "*perguntavam se eu conseguia enxergar alguma coisa por conta dos olhos*");

- Discriminações referentes a sexualidade ("*blablabla porque você tem pinto pequeno*", "*se o penis dos meus amigos orientais são pequenos*", "*gente perguntando se minha vagina é horizontal*"; "*tal pessoa ama japonesas ou só beija/namora japonesas*"; "*acreditam que a mulher asiática é mais dócil, submissa*"; "*achei que as japorongas fossem tudo santinhas*", "*até que você tem corpo para uma japa*"; "*pior ainda é ser exótica e virar um premio pros caras que nunca pegaram uma oriental*")

- Xenofobia ("*era comum mandarem eu "voltar" para meu país*"; "*tive que ser transferida de sala porque juntaram quase todos os meninos e começaram a se juntar para me xingar e falar que eu deveria voltar para "a merda de onde eu vir (sic)*", *"(...) mas pede pro chines ali, qualquer coisa ele constrói pra você, também houveram vezes em que me chamavam de "escravo""*.);

- Estereótipos deterministas sobre os asiáticos e descendentes ("*raça fria e ruim*", "*por que todo asiático é chato, sério, sem sentimentos?*")

- Homogeneização das etnias asiáticas ("*muitas vezes falavam "VOLTA PRA CHINA/JAPÃO/CORÉIA*"; "*generalizavam esses países da Ásia do leste sem nem mesmo saber qual era minha descendência*"; "*o ruim é que parece que uma experiência ruim com um asiáticos fazem algumas pessoas pensarem que todos são assim*"; "*japonês é tudo igual*"; "*constrangimentos relacionados a amizades com colegas da mesma etnia (exemplos: colônia japonesa da sala*"; "*yakuza*")";

- Despreparo de profissionais da educação para situações de discriminação ("*Professores já chamaram minha atenção para falar que eu não estava prestando atenção na aula. Falaram que não respondi a provocação porque não sabe falar português*", *"(...) professor de Geografia (…) falou "Pára de rir! (ele achou que eu estava rindo do menino) Você que tem esse olho aí, não enxerga nada, não viu que tô te vendo também" (…) a sala inteira ainda riu*", "*(...) a professora chegou a chamar minha mãe na escola para questionar o porquê de eu usar palavras japonesas e disse que isso prejudicaria minha alfabetização*", "*(...) esse professor de matemática que zoava meu sobrenome que é Okubo. Sempre que tínhamos uma elevação ao cubo, ele escrevia meu nome, ao invés de 3 na lousa*", "*já ouvi de um docente asiático-brasileiro comentários extremamente racistas sobre a própria aparência, exaltando o padrão europeu e desprezando seu traços orientais e negros*")

- Identificação com outras minorias étnico-raciais ("*meu grupo era composto pelos outsiders: um menino vesgo, um menino gordo, um extremamente magro, um que teve o rosto queimado num acidente, um menino judeu e uma menina que se drogava desde cedo*", "*uma vez uma colega negra disse que ele a mandou voltar pra senzala*")

Relatos autobiográficos que identificam tensões étnico-raciais no processo educacional são objetos passíveis de análise, uma vez que retratam vivências provocativas e nos questionam o que poderíamos classificar como racismo recreativo ou não. Entendemos que discriminações étnico-raciais não podem ser silenciadas ou invisibilizadas do debate sobre a construção de identidade nacional. Um dos informantes questionou-se da seguinte maneira:

> (…) Coisas que a princípio pareciam inofensivas, mas que reconstroem identidades sob um viés estereotipado e confuso para uma criança que ainda não se descobriu como pessoa. Ajudou-me a me manter confuso por muito tempo. Destruía minha autoconfiança. Quem eu era? Seria eu aquilo que me falavam? Ou seria eu um outro? Podia eu ser um outro?

Esse tipo de indagação promove reflexões para situações de tensão existentes dentro do espaço escolar que por hora estão a margem de discussão. Ela é uma forma de evidenciar que as relações de socialização horizontal de nipo-brasileiros (e outras etnias asiáticas) não são harmoniosas como a dita democracia racial sustenta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como afirmado inicialmente, o incômodo causado pela observação da racialização de nipo-brasileiros no país nos levou a este exercício de reflexão, sem caráter conclusivo. Questionamos a posição do nipo-brasileiro nas relações étnico-raciais brasileiras. Notamos que a dificuldade de interpretação desta é de tamanha complexidade devido a fluidez e ambiguidade de como os descendentes de japoneses são lidos no país. Podem ser tanto entendidos como próximos aos "brancos", pois seriam um modelo de minoria de sucesso a ser seguido ou então "não brancos" dentro dos contextos de discursos eugenistas, das políticas de nacionalização forçada e das discriminações cotidianas entendidas como "brincadeiras" que ocorrem em espaço escolar.

Edward Telles (2003a; 2003b) propõe a análise das relações étnico-raciais tanto verticais (relações de poder econômico) como horizontais (relações de sociabilidade). Partindo disso, notamos como a mobilidade vertical dos nipo-brasileiros fez alimentar o entendimento destes como "minoria positiva" (KEBBE, Victor Hugo; MACHADO, Igor José de Renó, 2008; TSUDA, 2000) que superou as discriminações e alcançou o triunfo. Esta interpretação realizada pela população brasileira de forma majoritária (próprios nipo-brasileiros inclusos) ofuscou as discriminações das relações horizontais cotidianas e históricas. Mais perversamente ainda, criou-se uma falsa simetria entre minorias étnico-raciais no Brasil a ponto de querer deslegitimar políticas afirmativas como cotas raciais para o ensino superior, afinal, se os "japoneses" conseguiram tudo o porquê negros e indígenas não poderiam também? A leitura da bibliografia sobre imigração japonesa expôs o quanto existem múltiplas razões (migração tutelada, capital cultural, cooperativismo) para mobilidade deles explicando o quanto é injusto comparações entre minorias étnico-raciais nesse país.

Compreender a mudança do entendimento dos imigrantes japoneses e descendentes nas relações étnico-raciais nos ensina como uma minoria pode ter sua interpretação alterada, mas ainda sim continuar constantemente racializada. Essa instrumentalização por parte da branquitude que classifica nipo-brasileiros de forma fluída ("branco", "não-branco") faz alertar a sua condição paradoxal. A condição racializada de "não-branco" é constante nos relatos de vivência escolar que demonstraram

o racismo recreativo recorrente nesse ambiente. O determinismo que naturaliza o bom desempenho do estudante nipo-brasileiro criando uma expectativa infundada; as discriminações em relação ao fenótipo, linguagem; a hiperssexualização e a assexualização de corpos; o uso de termos pejorativos entre outras discriminações foram coletas na análise de dados quantitativos da pesquisa.

Reconhecemos as limitações da pesquisa que foi apenas inicial, mas com o intuito de estimular novas ponderações sobre a formação de identidade nacional e coleta de dados sobre a racialização de nipo-brasileiros no Brasil. No que se refere ao estudante nipo-brasileiro temos consciência que a heterogeneidade das etnias asiático-brasileiras geram a diferentes leituras assim como período, região, ensino público e particular e outras variáveis devem ser melhor consideradas. Porém, reiteramos novamente o caráter não conclusivo deste artigo.

Por fim, atentamos que a análise das relações étnico-raciais que envolvem nipo-brasileiros pode ser traiçoeira caso não realizadas de forma responsável. Bento (2002) alerta aos pactos narcísicos presentes na branquitude. Falar de discriminações contra nipo-brasileiros nas relações horizontais sem problematizar os privilégios e benefícios adquiridos com o status concedido pela ascensão vertical seria uma forma de indignação narcísica (falo a partir da minha posição de nipo-brasileiro) e propagação exatamente dos mecanismos de racismo.

Esperamos ter fugido dessa armadilha com as considerações expostas neste artigo.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ferreira. **A chama que não se apaga**. 2018. Disponível em: < https://www.geledes.org.br/chama-que-nao-se-apaga/>. Acesso em: 9 jul. 2021

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray. (Orgs.). **Psicologia Social do racismo**. São Paulo, SP: Vozes, p. 28-63, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007a.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007b.

CAMACHO, Luiza Mitiko Yshiguro. Valores culturais japoneses presentes na educação dos nipo-brasileiros. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida; DERMARTINI, Zelia de Brito Fabri (orgs.). **Educação e cultura**: Brasil e Japão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p. 91-106.

DEZEM, Rogério. **Matizes do "amarelo"**: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

FANON, Franz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: o legado da raça braça, 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal, 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HAYASHI, Bruno. Japoneses nas relações raciais brasileiras. In: Encontro Anual da ANPOCS, 43., 2019, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu, MG: ANPOCS, 2019. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/spg-6/spg24-4/11978-japoneses-nas-relacoes-raciais--brasileiras/file>. Acesso em: 9 jul. 2021.

KEBBE, Victor Hugo; MACHADO, Igor José de Renó. Kasato Maru – Mito do sucesso da imigração japonesa. In: Encontro Anual da ANPOCS, 32., 2008, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu, MG: ANPOCS, 2008. Disponível em: < https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/32-encontro-anual-da-anpocs/gt-27/gt25-15>. Acesso em: 29 dez. 2021

LEE, Caroline. **Feminismo Asiático**: Identidade, Raça e Gênero. 2017. Disponível em: <https://outracoluna.wordpress.com/2017/03/08/feminismo-asiatico-identidade-raca-e-genero-2/>. Acesso em: 9 jul. 2021

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**: imigrantes, minorias e luta pela etnicidade no Brasil. Tradução de Patricia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

LESSER, Jeffrey. **Uma diáspora descontente**: os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica 1960-1980. Tradução de Patricia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

MOREIRA, Adilson. **Racismo Recreativo**. São Paulo: Pólen. 2019

MORI, Koichi. Transformação de modelo educacional de nissei na comunidade nikkeibrasileira: de Wakon-Hakusai-ron ao Hakkon-Wasai-ron. **Revista Estudos Japoneses**. São Paulo, n. 32, p. 69-98, 2008

MORI, Robson. **Tensões étnico-raciais no processo educacional**: relatos autobiográficos de estudantes asiático-brasileiros. 2017. Manuscrito

MORIWAKI, Reishi; MICHIYO, Nakata. **História do ensino da língua japonesa no Brasil**. Tradução: Maria Emiko Suzuki; Fumiko Takasu. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

NOGUEIRA, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice (Orgs.). **Pierre Bourdieu**: Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998

OKAMOTO, Monica Setuyo. A educação ultranacionalista japonesa no pensamento dos nipobrasileiros. In: **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 22, 2018.

OKAMOTO, Monica Setuyo. Mito da Minoria Modelo dos nikkeis e a Reprodução de uma Educação excludente. In: 2021 International Conference of The Institute of Iberoamerican Studies, 1., 2021. Busan. **Equality and Inequality of Latin America in New Transition**, Busan : BUFS, v.1, p. 22-63, 2021

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.

SAID, Edward Wadie. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia da Letras, 2010

SAKURAI, Célia. **Imigração tutelada**. Os japoneses no Brasil. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000.

SASAKI, Elisa Massae. **O Jogo da Diferença**: a Experiência Identitária no Movimento Dekassegui. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1998

SETOGUTI, Ruth Izumi. A tradição educacional entre os imigrantes japoneses e os nipo-brasileiro. In: Congresso Nacional de Educação (EDUCERE), 8, 2008, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba, PR: EDUCERE, 2008. Disponível em: < https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/191_337.pdf >. Acesso em: 29 dez. 2021

SHEHERAZADE, Raquel. 19 de ago. de 2017. **Twitter**: @rachelsheherazade. 2017. Disponível em: <https://twitter.com/rachelsherazade/status/898838868127924225>. Acesso em: 9 jul. 2021

SHIBATA, Hiromi. **Da casa de pau-a-pique aos filhos doutores**: trajetórias escolares de gerações de descendentes japoneses (dos anos 1950 aos anos 1990). Tese (Doutorado em História e Historiografia da educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009

SHIMABUKO, Gabriela. **Para além da fábula das três raças**: uma introdução à percepção racial do amarelo e do japonês no Brasil. Araraquara, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/37653157/Para_al%C3%A9m_da_f%C3%A1bula_das_tr%C3%AAs_ra%C3%A7as_uma_introdu%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0_percep%C3%A7%C3%A3o_racial_do_amarelo_e_do_japon%C3%AAs_no_Brasil. Acesso em: 10 abr. 2021

TSUDA, Takeyuki. **The Benefits of Being Minority**: The Ethinic Status of the Japanese Brazilians in Brazil. In The Center for Comparative Immigration Studies: Working Paper, no.21, La Jolla: University of California-San Diego, 2000

TAJIRI, Katsuo; UCHIYAMA, Katsuo; YAMASHIRO, José. Cresce o número de imigrantes. In: WAKISAKA, Katsunori (coord.). **Uma epopéia moderna**: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992, p. 137-147

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **O perigo amarelo em tempos de guerra (1939-1945)**. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **Japoneses**: A saga de um povo nascente. São Paulo: Companhia Editorial Nacional: Lazuli Editora, 2007.

TANIGUCHI, Gustavo Takeshy. **Cotia**: política e cultura. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

TELLES, Edward Eric. **Racismo à Brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003a.

TELLES, Edward Eric. Repensando relações raciais no Brasil. In**: Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, n. 42 e 43, 2003b.

TSUKAMOTO, Tetsundo. Sociologia do imigrante: algumas considerações sobre o processo imigratório. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Edusp, 1973, p. 13-31